

ARTIGOS

Paulo Dourian Pereira de Carvalho¹

Orivaldo Pimentel Lopes Junior^{II}

Reflexões sobre loucura e escravidão em “A Escrava”, conto de Maria Firmina dos Reis

Reflections on madness and slavery in “A Escrava”,
a story by Maria Firmina dos Reis

RESUMO:


Este ensaio consiste em uma proposta de análise do conto *A Escrava*, da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis (1822-1917). Nosso objetivo é estabelecer relações entre os fenômenos da escravidão e da loucura, destacando esta intersecção, a partir da leitura crítica da obra, na qual podemos acompanhar os sofrimentos da personagem Joana, uma mulher negra, escravizada e fugida, que encarna em sua trajetória de vida, muitos dos horrores desencadeados pelo regime escravocrata. Por meio de uma reflexão teórica, que preza pela interdisciplinaridade suscitada pela leitura de artigos de áreas distintas, traçamos apontamentos sobre a desumanização dos corpos negros escravizados — um processo capaz de causar sofrimentos que conduzem à loucura. A partir da análise, percebemos que o enlouquecimento da escravizada Joana está ligado às consequências de relações escravistas, que lhe retiraram a humanidade. Joana teve seus dois filhos pequenos arrancados dos braços. Maria Firmina dos Reis, nesta obra, dá voz a personagens que retratam a vida de pessoas que não tinham o direito de falar ou reivindicar. Pelo contrário, seus corpos eram coisificados e animalizados por seus possuidores, restando-lhes apenas a sujeição e a desumanização.


Palavras-chave: Escravidão; Loucura; Sofrimento; Desumanização

ABSTRACT:

This essay consists of an analysis proposal of the short-story “A Escrava”, by Maria Firmina dos Reis (1822-1917), a writer from Maranhão. Our aim is to establish relations between the phenomena of slavery and madness, highlighting this intersection, through a critical reading of the work, in which it is possible to follow the sufferings of Joana, an escaped enslaved black woman, who embodies in her life many of the horrors unleashed during slavery. Through theoretical reflection that gives privilege to interdisciplinarity produced by reading articles from different fields, observations on the dehumanization of enslaved black bodies are outlined, a process capable of causing suffering that leads to madness. From this analysis, it is clear that the madness of the enslaved Joana is linked to the consequences of the master-slave relationships that deprived a black woman of her humanity, who had her two small children taken away from her arms. In this work, Maria Firmina dos Reis gives voice to characters who describe the lives of people who had no right to speak or claim; on the contrary, their bodies were objectified and animalised by their owners, leaving them mostly to subjugation and dehumanization.

Keywords: Slavery; Madness; Suffering; Dehumanization

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.
paulo.dourian@hotmail.com,  <https://orcid.org/0000-0003-1961-8970>

^{II} Pós Doutorado pela Università degli Studi di Padova, Padova, Veneto, Itália; Professor, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.
orivaldojr@yahoo.com.br,  <https://orcid.org/0000-0001-8114-4169>

INTRODUÇÃO

Após ler o conto *A Escrava*, da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, ficamos inquietos com a “loucura” da personagem Joana, que tem seus filhos gêmeos de oito anos, Carlos e Urbano, levados por um “traficante de carne”. A triste história de Joana metaforiza, dramaticamente, os efeitos da desumanização que atravessava, de forma violenta, as vidas dos escravizados em nosso país.

A leitura do conto de Firmina nos faz entrar em contato com o sofrimento visceral de uma mulher escravizada, fugida, cuja loucura está intimamente ligada aos maus tratos e à indignidade a que fora legada a sua existência. Constatamos, na obra, que as problemáticas do racismo e da loucura se entrelaçam na vida da personagem. Seguindo uma interpretação foucaultiana, refletimos sobre a loucura enquanto construção social (FOUCAULT, 1978), que ultrapassa as fronteiras da biologia, entrelaçando-se profundamente com as mazelas sociais e as peculiaridades de certos contextos históricos.

Neste texto, trazemos à baila discussões teóricas de autores e autoras do campo das ciências humanas, a fim de pensar sobre o fenômeno da loucura atrelado à escravidão. A partir de uma abordagem interdisciplinar, buscamos explicitar as relações entre essas duas problemáticas que, em

nosso entendimento, possuem imbricamentos que nos permitem aprofundar as discussões envolvendo os processos de desumanização das pessoas negras no período escravocrata do Brasil.

Maria Firmina dos Reis expõe, por meio de seus personagens, as marcas de um tempo em que seres humanos eram desumanizados e assujeitados ao ponto de enlouquecerem. A obra da autora permite identificar intensos processos de animalização de pessoas naquele período. De acordo com Silva (2018, p. 2):

[...] o cotidiano [dos escravizados] era marcado por: trabalho árduo; maus tratos advindos das práticas violentas dos senhores e feitores, fome, sede, conflitos dentro das senzalas – devido a misturas de diversas etnias –, adaptação a nova cultura que estava se formando, entre outras dificuldades.

No conto de Firmina, as problemáticas da escravidão e da loucura, estão entrelaçadas e ajudam a configurar um tempo em que as vidas dos negros, sobretudo, eram destituídas de qualquer valor. Na narrativa, é retratado um contexto sócio-histórico em que as vidas humanas escravizadas não importavam. Seus corpos podiam perecer sem que houvesse qualquer comoção, tal como explica Butler (2015) sobre a precarização da vida.

As mentes dos escravizados eram passíveis de ser arruinadas pelos castigos físicos e pelos da-

nos emocionais. Pois, naquele tempo, os seus sofrimentos não eram uma questão importante para os seus proprietários. A indiferença às agruras dos negros marcou a história de Joana. Como de tantas outras mulheres pretas, a sua existência era tida como inferior. A ela eram negados todos os direitos.

No conto de Firmina, é possível perceber que os proprietários brancos julgavam lidar com pedaços de carne, isto é, mercadorias, seres que consideravam desprezíveis e não com seres humanos portadores de direitos. Infelizmente, ainda nos tempos atuais, tratar seres humanos como mercadoria ainda é uma prática que pode ocorrer. Recentemente, em uma matéria da BBC, noticiou-se a comercialização de mulheres e crianças escravizadas no Iraque e na Síria pelo grupo radical Estado Islâmico (EI). Neste contexto, pessoas de minorias religiosas não eram só vendidas como objetos, mas violentadas, trocadas e usadas ao bel prazer daqueles que se diziam seus donos.¹ De acordo com Passos (2020), no Brasil, também se multiplicam casos de violação de direitos e brutalidades praticadas contra mulheres e mães negras.

O padecimento dos escravizados e das escravizadas, como foi o caso da protagonista firminiana Joana, era visto pelo feitor como fingimento, como uma desculpa para não trabalhar. Entretanto, o que observamos é que, a “insanidade” de Joana, refletia o profundo desespero causado por

perdas irreparáveis de uma vida dominada pelo jugo escravista, pelo medo e desespero constantes. As marcas de uma existência “servil” estão impregnadas na história de Joana. Mas não era só isso, uma vez que havia a profunda angústia e ansiedade de ter seu corpo violado a qualquer momento.

Assim, a obra de Firmina retrata um tempo em que a violação de determinados seres humanos era não apenas permitida, mas naturalizada. As condições de vida das negras escravizadas no período colonial eram brutais. Essas mulheres eram vítimas de “requintes cruéis”, como jornadas excessivas de trabalho, objetificação dos seus corpos, que eram recorrentemente violados, além de impedimentos relativos à maternidade, afetos e religiosidade (AMORA, COSTA e ARAÚJO, 2022).

O conto de Firmina possibilita pensar nas consequências terríveis que regimes de opressão e servilismo podem desencadear em suas vítimas. Na escrava Joana percebemos o retrato da desumanização que dilacera a alma, que mina sonhos e qualquer possibilidade de uma vida feliz e digna. Isso é revelado por meio escrita firminiana, que nos comove e nos desloca do momento presente para pensarmos nos sofrimentos do período escravista, convidando-nos a observar as relações opressivas que se mantêm ainda em nossos dias. Com a persistência do racismo, esta herança nefasta do nosso passado, a estruturar e conformar re-

lações sociais.

Na literatura de Maria Firmina dos Reis, especificamente neste conto, é possível perceber pessoas sendo tratadas como nada. Entre as linhas dos escritos firminianos há diversas vozes que foram silenciadas pelo jugo escravista e pela mentalidade racista, que hierarquiza seres humanos em categorias de inferioridade e superioridade.

Joana carrega os sentimentos de milhares de mulheres e mães escravizadas que foram separadas de seus filhos. Na história narrada pela protagonista, o lugar da mulher negra é fortalecido. Classificada por homens brancos como “louca”, “preguiçosa” e “fingida”, Joana, através de Firmina, ergue a sua voz para falar de si mesma, de tantas dores sufocadas e desprezadas, que não eram só de Joana, como também das suas irmãs de mártírio.

É importante lembrar que, ainda no presente, o racismo deixa as suas marcas, como se os seus mecanismos de opressão e extermínio tivessem sido atualizados. No Brasil, os registros de racismo e homofobia (ou transfobia) aumentaram em mais de 50% em 2022 quando se compara com o ano anterior, de acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).² Foram computadas 2.458 ocorrências de crimes resultantes do preconceito de raça ou de cor em 2022, o que significa uma taxa de 1,7 caso a cada

100 mil habitantes. Esse valor é 67% superior do que os 1.464 registrados em 2021.

Apesar da grande maioria da nossa população ter se autodeclarada negra ou parda, 56%, segundo o Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as desigualdades socioeconômicas são estarrecedoras. De acordo com dados levantados por Cristiane Lourenço (2023, p.83):

Em 2021, os 10% mais ricos do Brasil representavam 58,6% da renda total do país e possuíam renda em torno de R\$ 253,9 mil. O 1% mais rico no Brasil possui renda média de R\$ 1,2 milhão, que significa 26,6% da renda total do país. Os 50% mais pobres possuem 10% da renda total do país. Os dados indicam que, no Brasil, os 50% mais pobres recebem 29 vezes menos que os 10% mais ricos. Se observarmos os ativos financeiros e não financeiros — por exemplo, os imóveis —, os 50% mais pobres possuem 0,4% da riqueza no Brasil, já os 10% mais ricos possuem 80% do patrimônio. Entre os chamados ultrarricos, cujo percentual é de 1%, a concentração da riqueza nacional é de 48,9%.

Para além desses números, Lourenço também apresenta dados importantes sobre as consequências da racialização no mundo do trabalho. Ela aponta que:

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) aponta que em 2021 a população negra representava 54,9% da força de trabalho no Brasil. O rendimento médio para as(os) trabalhadoras(es) negras(os) foi R\$ 1.907 em 2021, em contraposição aos R\$ 3.310 de rendimentos das(os) as(os) trabalhadoras(es) brancas(os). Sobre as camadas assalariadas, 30,2 milhões de pessoas ganham até um salário mínimo mensal; destas, 20 milhões são negras. Quando se observa a totalidade da população negra ocupada em 2021, 43,1% recebe até R\$ 1,1 mil mensais. No primeiro trimestre de 2022, a taxa média de desempregados no país, segundo o IBGE, ficou em 11,1%. Destes, 64,2% eram negras(os). No que tange às condições de trabalho, segundo o levantamento da Auditoria Fiscal do Trabalho, 84% dos trabalhadores resgatados em condições análogas à escravidão no ano de 2021 se autodeclararam pretos ou pardos (LOURENÇO, 2023, p.83).

Esses dados demonstram a atualidade e os impactos do racismo no Brasil. Segundo a autora, existe uma super-representação da população negra nos postos de trabalho mais precarizados e com salários muito inferiores aos dos brancos. Lourenço (2023) lembra que após a famigerada “abolição”, não se elaborou um plano para a inclusão de negros (as) no mercado de trabalho.

Por exemplo, Silveira (1998, p.33-34), ao discorrer sobre a história do Rio de Janeiro, afirma esta cidade passou por um progresso rápido, atravessando um cenário de muita carestia, fome, inexistência de saneamento, higienização, aumento

de desemprego, da miséria e dos males que atingiram, sobretudo, a parte mais humilde da população carioca. Nesses contextos de crise, a situação é ainda mais estarrecedora quando pensamos no recorte de gênero e raça, pois mulheres negras costumam ser levadas aos lugares mais fragilizados no mundo das profissões, com pesadas jornadas de trabalho, uma grande desvalorização pelo que fazem, além da tendência a serem encaminhadas compulsoriamente para serviços domésticos. Isso revela uma terrível sobrevivência da escravidão (LOURENÇO, p. 83-85).

Silvio Almeida (2019, p. 143) aponta que para entender as classes em seu sentido material, é necessário, primeiramente, olhar para a real situação das minorias. As mulheres negras, por exemplo, recebem os mais baixos salários, são empurradas para “trabalhos improdutivos”, isto é, que não produzem mais-valia, mas que, por outro lado, são essenciais.

Lourenço aponta os seguintes indicadores sobre a situação das mulheres:

Ao investigar a situação socioeconômica das mulheres negras, os dados do Boletim Especial — 8 de março, Dia da Mulher, “Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: velhas desigualdades e mais precarização”, indicam que, no terceiro trimestre de 2021, 18,9% das mulheres negras não conseguiam inserção no mercado de trabalho contra 12,5% de mulheres não negras. Ainda segundo o Boletim, no

terceiro trimestre de 2021, considerando a população ocupada, as mulheres negras foram as que receberam os menores valores. Mulheres negras recebem, em média, uma remuneração de R\$ 10,83 por hora contra R\$ 11,67 dos homens negros. As mulheres brancas possuem remuneração média de R\$ 17,13 por hora e os homens brancos, R\$ 19,73 por hora. Em termos de rendimento mensal, os dados apontam que, no terceiro trimestre de 2021, pessoas ocupadas brancas receberam R\$ 3.471 e pretas e pardas, R\$ 1.968. No caso das mulheres negras, a renda média é de R\$ 1.617 mensais (LOURENÇO, 2023, p. 86).

Os dados demonstrados pela pesquisadora revelam a desvalorização do trabalho dessas mulheres pretas, que também sofrem muito com a construção histórica de que não seriam capazes de desempenhar determinadas atividades, sendo reduzida a serviços em que são exploradas e submetidas a situações degradantes (LOURENÇO, 2023, p. 86). Esta perspectiva misógina é compatível com a noção racista das teorias de degenerescência que, de maneira preconceituosa, atrela inferioridade à miscigenação (SCHWARCZ, 1994).

Observa-se incidem, sobre essas mulheres, processos de inferiorização, opressão e exclusão embasados em preconceitos motivados pela diferença racial e de gênero, num país que adoce cada vez mais psicologicamente. O Conselho Nacional de Saúde (CNS) a Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta dados alarmantes de que o Brasil é

o país com o maior número de pessoas ansiosas: 9,3% da população. Há também um grande alerta sobre a saúde mental dos brasileiros, já que uma em cada quatro pessoas no país sofrerá com algum transtorno mental no decorrer da vida. Outro levantamento, feito pela Vittude, (plataforma online voltada para a saúde mental e trabalho), informa que 37% das pessoas estão com estresse extremamente severo, ao passo que 59% se encontram em estado máximo de depressão, sendo que a ansiedade atinge níveis ainda mais altos, chegando a 63%.³ Esses dados se tornam ainda mais preocupantes em países de passado escravista.

Historicamente, a impossibilidade de ascensão em profissões mais valorizadas e remuneradas, em virtude dos impedimentos sustentados pelo racismo, vai fazer com que mulheres e homens negros sejam lançados na marginalização e pobreza. Essas barreiras são sintomas do racismo estrutural. Silvia Almeida (2019) defende a tese de que o racismo em nosso país é sempre estrutural, isto é, constitui toda a nossa organização econômica, social, política e cultural. O autor percebe o racismo como um mecanismo que regula as relações sociais e cria significados que dão sentido e significados às nossas ações. Almeida refere-se a uma maneira sistemática de discriminação que tem a raça como principal fundamento, sendo manifestada por meio de práticas conscientes e inconscientes, que culminam em desvantagens e privilégios

para as pessoas negras. (ALMEIDA, 2019, p.22).

As reflexões de Almeida (2019) sobre o racismo no Brasil possibilitam perceber as profundas reverberações deste fenômeno na sociedade brasileira atual. Maria Firmina dos Reis já estava criticando as desumanidades do racismo há muito tempo. Ao escrever sobre o sofrimento dos (as) escravizados (as), a autora denunciava uma realidade atroz e totalmente naturalizada. Ao narrar a comovente história de Joana, Firmina se insere num lugar de crítica ao racismo, denunciando algumas das suas consequências nefastas e que se perpetuaram desde o período escravista. A denúncia que teceu contra a desumanização dos (as) negros (as), faz de Maria Firmina dos Reis uma autora contemporânea e extremamente necessária ao nosso tempo.

BREVE BIOGRAFIA DE MARIA FIRMINA DOS REIS

Maria Firmina dos Reis nasceu em outubro de 1825, na Ilha de São Luís, capital da província do Maranhão, no período. Filha de João Pedro Esteves e Leonor Felipe dos Reis, era uma menina negra que vivia sob as mais duras condições de segregação social e racial. A sua sorte foi ter sido acolhida por uma tia materna que tinha uma melhor situação econômica tendo, por isso, financiado os estudos de Firmina (ZIN, 2017, p.144).

Já adulta em 1847, com vinte e dois anos, é aprovada em um concurso público para a *Cadeira de Instrução Primária*, sendo a primeira professora efetiva a fazer parte do quadro de magistério no Maranhão, função que ocupou até 1881, quando se aposenta e funda uma escola para os filhos de lavradores e de donos de terras. Firmina era uma mulher consciente do próprio papel de transformação que poderia ter na sociedade de seu tempo. Foi uma pioneira no campo intelectual e político, tendo conseguido aliar a sua produção bibliográfica com a luta política. Sua literatura era combativa, denunciava os problemas sociais, sobretudo, aqueles oriundos do sistema escravista (ZIN, 2017, p.144).

Em 1859, Firmina publicou o seu romance *Úrsula*, em que a autora assumiu um posicionamento bastante inovador, ao valorizar os discursos dos negros e das mulheres, algo muito incomum para a época, uma vez que essas pessoas tinham as suas vozes desprezadas. A autora assume o papel de protagonista em um contexto em que o patriarcalismo ditava as regras. Ela publicou contos, poesias e crônicas em jornais. Extremamente engajada nas lutas abolicionistas, seus escritos assumem um papel de crítica ao sistema escravista. É desse período, mais precisamente em 1887, que surge o seu conto *A Escrava*, uma espécie de manifesto contra a opressão dos negros e negras escravizados (as). (ZIN, 2017, p. 145).

Firmina também foi folclorista, compôs músicas e teve uma vida dedicada a escrever e a ensinar, tendo lutado, através da literatura e do magistério, para a construção de uma sociedade mais justa. Ela faleceu em novembro de 1917, em invisibilidade, talvez fruto de um silenciamento ideológico orquestrado pelas elites intelectuais maranhenses (ZIN, 2017, p.146).

Rafael Zin (2017, p. 146-149) faz um importante apanhado bibliográfico mostrando como se deu o processo de trazer Firmina para a visibilidade. No trabalho de Zin, é possível perceber a busca de escritores e críticos literários a fim de retirar a autora maranhense das sombras do esquecimento. Zin desenvolve um verdadeiro trabalho de resgate histórico, como o que foi feito pelo professor, poeta e jornalista maranhense José Nascimento Morais Filho, que realizou uma intensa pesquisa em jornais locais do século XIX e início do século XX sobre Firmina. José Morais Filho também publicou o primeiro esboço de uma biografia da autora, intitulado: *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, de 1975. (ZIN, 2017).

Graças a esforços como o desses autores, Maria Firmina do Reis surge no século XIX como um importante expoente no campo da literatura. Os seus escritos revelam a força de uma mulher negra, ousada, que empresta palavras inscritas em sua alma a personagens que nos ajudam a escutar as vozes silenciadas dos (as) escravizados (as), so-

bretudo, das mulheres pretas que padeciam em um tempo marcado pela opressão, a desigualdade, desumanização e pelas dimensões mais grotescas do racismo.

O CONTO

O conto *A Escrava* foi publicado em 1887, no auge da luta abolicionista. A obra se apresenta como um manifesto contra as opressões de uma época em que os cativos eram tratados com extrema brutalidade, e as mulheres ocupavam lugares de submissão que as confinavam ao silenciamento. O escrito tem efeito de denúncia e assume um importante papel ao possibilitar que vozes subalternizadas ecoem na arena intelectual e política de um contexto sócio-histórico em que o racismo era ainda mais naturalizado.

A história do conto se dá em torno dos dramas vividos pela escrava Joana. A narração é feita por uma “Senhora benfeitora”, cuja identidade não é revelada, mas que pertence à sociedade abolicionista. Rafael Zin (2017, p.149) faz uma observação extremamente importante ao refletir que o anonimato da narradora talvez seja uma forma de simbolizar o silenciamento das mulheres no mundo das letras naquele período, levando muitas delas a escrever utilizando-se de pseudônimos, a fim de se resguardar de possíveis retaliações de um contexto dominado por homens brancos. De

acordo com Luz (2018), eram múltiplas as formas de impor o silenciamento. Este se estendia não só às mulheres, mas também a todos os negros escravizados. A autora Grada Kilomba (2010) tece importantes reflexões sobre os processos de silenciamento do período escravista.

O texto do conto inicia retratando uma reunião de “pessoas bem colocadas” que conversam sobre diversos assuntos, até que passam a falar sobre o “trabalho servil”. A narradora diz que o tema era de “alta importância” e rendia posicionamentos divergentes. Neste momento, Firmina expõe a voz da narradora, “uma Senhora” que é contra o regime escravista. Na ocasião, a narradora diz:

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e será sempre um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dele nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente altiva e desassombrada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampava-se na frente de todos nós. Em balde procurará um dentre nós, convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo... (REIS, 2018, p. 164).

Como uma forma de ilustrar os males do

regime escravista, a Senhora pede para contar um fato que presenciou envolvendo uma “vítima” e o seu “algoz”. Ela narra sobre uma poética e idílica tarde de agosto. Quando se sentia embevecida pela beleza da natureza, foi surpreendida por gritos e soluços angustiados que feriram os seus ouvidos. Notou uma mulher correndo desalinhadamente, que passou diante dela como uma sombra. A mulher misteriosa estava trêmula e com pavor. Quando avistou uma grande moita, nela se ocultou, esgueirando-se no chão (REIS, 2018, p.165).

Antes que pudesse ajudar a mulher desesperada, a Senhora conta que outra figura surgiu, de repente: um homem de feições sinistras que brandia, de forma brutal, na mão direita, um açoite e, na esquerda, uma corda. Era um feitor de escravos, que procurava por uma negra fugida da fazenda do seu senhor. Este homem disse para a Senhora que procurava por uma “negra que se finge de doida”, ele questiona a Senhora se ela saberia do paradeiro da escrava (REIS, 2018, p.166).

A Senhora conta que na fisionomia do feitor havia cólera, que ele dizia, com fúria, expressões como: “Maldita negra!”, “Preguiçosa”. Praguejava por ter que ir atrás dela nos matos e jurava levá-la ao tronco assim que a capturasse. A Senhora, aparentando indiferença, questiona ao feitor se ela “foge sempre”, ao que ele responde:

“— Sempre, minha senhora. Ao menor descuido foge. Quer fazer acreditar que é doida”.

“Doida?” perguntou a senhora, e o feitor repetiu: “— Doida... doida fingida, caro te há de custar.” (REIS, 2018, p.166-167).

A Senhora, então, o engana e lhe indica outra direção para que ele se afaste e ela possa prestar socorro à vítima escondida. Porém, instantes depois, outra figura aparece na cena. Trata-se do escravizado Gabriel, que estava trêmulo e desvaireado, à procura de sua mãe. A Senhora conta que teve compaixão por Gabriel. Ele diz que busca por sua mãe, que está “quase doida”, e prestes a morrer. O desespero do rapaz expressava a necessidade de encontrar a sua mãe antes do feitor, pois, caso contrário a morte da sua mãe, que se chamava Joana, era certa nas mãos do carrasco, que Gabriel caracteriza como um “tigre”, uma “fera”, tal o horror que o feitor lhe inspirava (REIS, 2018, p.167-168).

Gabriel explica à Senhora:

Estava no serviço, coitada! Minha mãe caiu, desfalecida; o feitor lhe impôs que trabalhasse, dando-lhe açoites; ela deitou a correr gritando. Ele correu atrás. Eu corri também, corri até aqui porque foi esta a direção que tomaram. Mas, onde está ela, onde estará ele? (REIS, 2018, p.168).

Após o relato angustiado de Gabriel, a Senhora revela para o filho onde está a sua mãe. Então, dá-se um encontro emocionado. Joana, que

dormia de exaustão, desperta, mas não “articula som”. Em seguida, tem um “ataque espasmódico”, como se estivesse prestes a morrer. Gabriel se desespera. A Senhora o acalma e diz que cuidará dela. Algum tempo depois, aparecem os “criados” da Senhora e, com a ajuda de Gabriel, levam Joana à sua residência (REIS, 2018, p.169).

A Senhora sabia que abrigar dois escravos foragidos era algo grave, mas não hesitou em socorrê-los, mesmo desrespeitando uma lei que “garantia um direito abusivo ao forte sobre o oprimido” (REIS, 2018, p.170). Os cuidados na casa da Senhora fizeram com que Joana recuperasse os sentidos. A vítima costumava murmurar dois nomes: Carlos e Urbano. Ela perguntava para onde eles teriam ido. A Senhora questionou a Gabriel a quem pertenciam aqueles nomes e Gabriel respondeu:

É doida, minha senhora; fala de meus irmãos Carlos e Urbano, crianças de oito anos, que meu senhor vendeu para o Rio de Janeiro. Desde esse dia ela endoideceu (REIS, 2018, p.170).

Mãe e filho estavam temerosos. Para amenizar o medo que Joana e Gabriel tinham de ser recapturados, a Senhora pede para que descansem, pois “estão sob a sua proteção”. Joana se admira pela grande compaixão daquela senhora. Tão acostumada que estava à opressão, parecia ser difícil acreditar que ainda havia pessoas no mundo

que se compadecessem pelo sofrimento de um “escravo” (REIS, 2018, p.170-171).

Naquele momento, Joana, emocionada, decide narrar a sua história, apesar da tentativa de Gabriel em impedi-la, pois ele sabia que a sua mãe estava muito fraca e poderia não resistir ao esforço. Mas Joana precisava falar. Ela contou sobre o dia em que foi separada dos seus filhos gêmeos, Carlos e Urbano, que foram arrancados dos seus braços e vendidos (REIS, 2018, p.171).

Quando conta a sua história, Joana revela o nome do seu dono, o senhor Tavares: um homem cruel que também fora proprietário de sua mãe, uma mulher africana, costumeiramente castigada pelo senhor Tavares. O pai de Joana, um homem de “raça índia”, ajudava a sua mãe nas atividades domésticas, a fim de diminuir o peso que recaía sobre a mulher. Com muito esforço, ele conseguiu o dinheiro para comprar a carta de liberdade de Joana. Entregou o valor a Tavares “que o recebeu sorrindo”.

Nessa época, Joana tinha cinco anos. Após receber o dinheiro do pai dela, Tavares, o senhor de escravos, disse que traria a carta de liberdade quando fosse à cidade. Porém, ele demorou a ir e, ao retornar, estava com uma folha de papel, que pediu ao pai de Joana para guardar. Este, chegou a beijar as mãos de Tavares, tamanha a gratidão que sentiu. Dois anos se passaram, a menina já vivia com uma sensação de liberdade, até começou a

aprender a ler. Porém, a alegria durou pouco. O pai de Joana morreu e logo depois que isso aconteceu, o senhor disse: “— Joana que vá para o serviço, tem já sete anos, e eu não admito escrava vadia.” (REIS, 2018, p.171-172).

A mãe de Joana, por sua condição de escrava, não podia reclamar daquela grande injustiça, por isso, precisou resignar-se à fraude do senhor. Na suposta carta de alforria havia, na verdade, meras palavras sem nexo, sem nenhuma assinatura ou data. Consultado sobre o papel, o professor, que dava aulas à menina, confirmou a sua nulidade. A notícia aterradora da fraude foi demais para a mãe de Joana suportar, ela não resistiu: adoeceu, teve febre, delírios e morreu logo depois. A velha senhora não pôde lidar com o desespero de saber que a sua pobre filha teria um destino terrível como fora o seu. Imaginar que a pequena Joana sofreria toda a indignidade infringida aos cativos foi uma dor muito grande para aquela mãe. (REIS, 2018, p.172). Amora, Costa e Araújo (2022) discorrem sobre as lutas das mães escravizadas pela liberdade dos seus (as) filhos (as):

[...] articulações dessas mulheres em busca de alforriamento compreendiam uma postura política de extrema complexidade e relevância, uma vez que se constituíam em táticas de sobrevivência com possibilidade de libertar os filhos do ciclo da escravidão (2022, p.13).

A mãe de Joana era uma resistente ao regime escravista, sua morte foi, também, política. O destino de Joana era implacável: após perder os seus pais, se tornou cativa de um sujeito atroz. Anos mais tarde, seus filhos foram arrancados dos seus braços. Os meninos haviam sido levados por um “traficante de carne humana”, isto é, um capitão do mato que, com violência, separou as crianças de sua mãe (REIS, 2018, p.172-173). Joana conta, à Senhora, como a tragédia aconteceu:

— Um homem apeou-se à porta do Engenho, onde juntos trabalhavam meus pobres filhos — era um traficante de carne humana. Ente abjecto, e sem coração! Homem a quem as lágrimas de uma mãe não podem comover, nem comovem os soluços do inocente.

— Esse homem trocou ligeiras palavras com meu senhor, e saiu.

— Eu tinha o coração oprimido, pressentia uma nova desgraça.

— À hora permitida ao descanso, concheguei a mim meus pobres filhos, extenuados de cansaço, que logo adormeceram. Ouvi ao longe rumor, como de homens que conversavam. Alonguei os ouvidos; as vozes se aproximavam. Em breve reconheci a voz do senhor. Senti palpitar desordenadamente meu coração; lembrei-me do traficante... corri para meus filhos, que dormiam, apertei-os ao coração. Então senti um zumbido nos ouvidos, fugiu-me a luz dos olhos e creio que perdi os sentidos.

— Não sei quanto tempo durou este estado de torpor; acordei aos gritos de meus pobres fi-

lhos, que me arrastavam pela saia, chamando-me: mamãe! Mamãe!

— Por Deus, por Deus, gritei eu tornando a mim, por Deus levem-me com meus filhos!

— Cala-te! gritou meu feroz senhor. Cala-te, ou te farei calar.

— Por Deus, tornei eu de joelhos, e tomando as mãos do cruel traficante:

— Meus filhos!... Meus filhos!...

— Mas ele, dando um mais forte empuxão e ameaçando-os com o chicote que empunhava, entregou-os a alguém que os devia levar...

(REIS, 2018, p.173)

Após narrar esta dramática história para a Senhora e o seu filho Gabriel, Joana não suportou a emoção e morreu. Naquele instante, chegam à casa o feitor, acompanhado de dois negros escravizados. Estavam ali para levar mãe e filho de volta ao senhor (REIS, 2018, p.174). A Senhora, porém, não se intimida com a presença deles e diz:

— Eu e este desolado filho ocupamo-nos em cerrar os olhos à infeliz, a quem o cativo e o martírio despenharam tão depressa na sepultura (REIS, 2018, p.174).

Em resposta às acusações do feitor, que a condena por causa da proteção que a Senhora concedia aos escravos, e logo após a tentativa de levarem Gabriel embora, a Senhora diz com um tom que demonstrava força e coragem:

— Insolente! Nem mais uma palavra. Vai-te, diz a teu amo, – miserável instrumento de um escravocrata; diz a ele que uma senhora recebeu em sua casa uma mísera escrava, louca porque lhe arrancaram dos braços dois filhos menores, e os venderam para o Sul; uma escrava moribunda; mas ainda assim perseguida por seus implacáveis algozes (REIS, 2018, p.175).

Os servos do senhor de escravos vão embora, mas no dia seguinte, o próprio Tavares foi à casa da Senhora. Ela percebe a indiferença com que ele olhava para o cadáver de Joana. A Senhora não percebeu comoção alguma da parte dele. Não é só indiferença que se manifesta na postura de Tavares, uma vez que, também é perceptível que ele trata Joana como uma mera mercadoria, cuja perda não é tão importante. Isso é explicitado no trecho em que ele diz:

— Sei que esta negra está morta, [...] e o filho acha-se aqui; tudo isto teve a bondade de comunicar-me ontem. Esta negra, continuou, olhando fixamente para o cadáver – esta negra era alguma coisa monomaniaca, de tudo tinha medo, andava sempre foragida, nisto consumiu a existência. Morreu, não lamento esta perda; já para nada prestava (REIS, 2018, p.176).

Tavares prossegue:

— O Antônio, o meu feitor, que é um excelen-

te e zeloso servidor, é que se cansava em procurá-la. Porém, minha senhora, este negro! – designava o pobre Gabriel, – com este negro a coisa muda de figura; minha querida senhora, este negro está fugido; espero, mo entregará, pois sou o seu legítimo senhor, e quero corrigi-lo (REIS, 2018, p.176).

Gabriel se desespera, após ouvir aquelas palavras. A Senhora pede que o rapaz se acalme, e diz que ele está sob a sua proteção. O senhor Tavares não entende a situação e pede explicações. A Senhora, então, entrega-lhe documentos que garantiam a liberdade de Gabriel. Após verificar os papéis, o senhor Tavares fica furioso e sai da casa criticando “a lei” que, segundo ele, “retrogradou”. (REIS, 2018, p.176).

A partir daquele momento, após tantos dissabores e sofrimentos, Gabriel se torna um homem livre. A liberdade, negada à sua família, agora, era real para ele. Gabriel, finalmente, pode erguer a cabeça: por seus avós, por sua mãe e pelos seus irmãos, ele está livre. (REIS, 2018, p.177).

REFLEXÕES SOBRE A LOUCURA E O RACISMO NA OBRA

Após a leitura do conto, percebemos a existência de intersecções entre os sofrimentos de Joana e a loucura que a acomete. A narrativa é como uma luz jogada em direção ao passado brasileiro.

Há, na obra, elementos que caracterizam o período escravista, que perdurou do século XVI até o fim do XIX, época em que vigoravam relações de opressão, oriundas da diferenciação racial. Naquele contexto social, os escravizados sofriam violências diversas. A indignidade, os abusos e as agressões eram constantes. A história de Joana expressa uma situação limite, em que o desespero se torna uma constante, além da ansiedade de, a qualquer momento, passar por algum tipo de violação.

Joana é o tempo inteiro objetificada pelo feitor e pelo seu proprietário, o senhor Tavares. Logo no início do conto, quando o feitor está à procura de Joana, ele nega a loucura dela. Diz que Joana “finge ser doida”, mas que é, na verdade, “preguiçosa”. O feitor não associa o que ela sente a uma vida lastimável, de perdas e danos irreparáveis. No nosso presente, a figura do feitor, do capitão do mato, lembra, por vezes, a nossa força policial no que diz respeito ao modo como trata pessoas negras. Passos (2020, p.123) aponta que:

Vítimas da violência estrutural reproduzida pelo Estado penal e pelo seu braço armado [a polícia], as mulheres negras não têm apenas a perda dos filhos: recebem em troca a impunidade e o trauma como resposta permanente.

Joana perdeu a sua mãe, que morreu de desespero em sua frente, perdeu o seu pai, seus filhos gêmeos foram arrancados dos seus braços, a

sua vida era de trabalhar como um animal e apañar no tronco. Os adoecimentos mentais parecem ser consequências mais que esperadas quando se vive em desesperança e imersa no medo. Silva (2018) aponta que o sentimento de solidão e insegurança era comum entre os escravizados, porém, essas emoções eram abafadas pelo atroz regime estabelecido.

Uma das nossas inquietações, ao ler a obra, é justamente a impossibilidade de sofrer que é imposta à personagem. Afinal, ela é privada de sentir a dor da perda dos filhos. O direito ao luto lhe é negado. A condição de escravizada que, por si só, já significava o domínio de outros sobre o seu corpo, também remetia ao controle dos seus sentimentos. Joana foi impedida de expressá-los. Não lhe foi dado o tempo para chorar, para se recuperar e sentir a tristeza da perda. A profunda dor que sentia não foi tratada com cuidado, mas com outras violências, com castigos corporais no tronco, para que ela deixasse de lamentar e voltasse a trabalhar.

Passos (2020, p. 120) afirma que “[...] o cuidado é a expressão da necessidade ontológica do ser social e da sua “satisfação” por meio do trabalho de outro indivíduo.”. Para que as dores humanas sejam, é preciso essa atenção cuidadosa, mas o que vemos na história da personagem Joana é uma profunda dor reprimida e impossível de ser manifestada. A tristeza de uma mulher, mãe ne-

gra, em agonia.

De acordo com Fanon (2008), o colonialismo criava um contexto de opressão que adoecia as pessoas. A loucura era provocada pelo sofrimento. Na fuga de Joana, percebemos o seu desespero latente e medo do feitor. A caracterização da personagem nos remete ao padecimento. Entretanto, o fato de Joana fugir representa um importante momento de resistência, que não pode ser ignorado.

Silva (2018) destaca o papel da mulher escravizada como um “sujeito histórico resistente”. A autora demonstra que as mulheres negras também lutavam. Essa perspectiva difere da historiografia que, por muito tempo, concebeu esses sujeitos excluídos como seres dóceis e submissos que, simplesmente, aceitaram a escravidão sem reclamar (AMORAS *et al*, 2022).

Esse quadro começa a se alterar a partir de 1970 quando, graças aos esforços dos movimentos negros, passam a ser investigados os vestígios deixados pelos (as) escravizados (as) e a ótica destes acerca da escravidão (SILVA, 2018). Se, por um lado, podemos conceber Joana como um sujeito político resistente, por outro, é importante que se destaque a fragilidade que a condição de escravizada lhe impunha. Esse reconhecimento lhe era totalmente negado, tal como o reconhecimento da sua dor e resistência.

De acordo com José Gomes Pereira (2017,

p. 1141), a loucura de Joana era menosprezada pelo feitor Antônio e pelo senhor Tavares. Chamá-la de “preguiçosa” e “fingida” era negar o seu sofrimento e os males advindos dele. Os abusos contra Joana estavam alicerçados em um sistema brutal que legitimava a desumanização dos (as) negros (as) e também o silenciamento sobre as violências, sobretudo, em relação às mulheres pretas.

Refletindo sobre a brutalidade histórica perpetrada contra mulheres pretas no Brasil, Passos (2020, p. 123) aponta que: “Não basta assassinar, torna-se necessário dilacerar os corpos, pois o “não ser” não possui o direito nem a um sepultamento digno.” No conto, percebemos que Joana foi dilacerada de diversas formas: seu corpo, castigado pelos seus algozes, já sem vida, não recebeu a mínima consideração, sua vida e a sua morte foram desrespeitadas.

De acordo com Régia Agostinho Silva (2011, p 3), o silêncio das mulheres é um elemento marcante na obra de Firmina e se relaciona diretamente com a sua vivência de mulher no século XIX, época em que a palavra era dominada pelos homens. Talvez, por causa disso, Firmina construa as suas personagens femininas exaltando a força das mulheres. No conto, percebemos a desenvoltura da Senhora, que desafia o jugo masculino diversas vezes, seja se impondo frente ao feitor ou contrariando o senhor Tavares.

Notamos, também, o significativo momen-

to em que Joana toma a palavra para relatar a sua história. Há um simbolismo poderoso nesta ocasião. É como um grito de resistência em resposta ao silenciamento de toda uma vida. Para Silva (2011, p. 7) o escravo da literatura de Firmina não é um ser passivo, mas aquele que reconhece a sua verdadeira liberdade e quer se afirmar.

Giselle Luz (2018, p.196) aponta que, no período escravista, as mulheres negras tiveram as suas identidades negadas. Muitas delas foram retiradas à força do seu país de origem e colocadas em outro completamente desconhecido, sendo-lhes vedado o direito de falarem, até mesmo, na própria língua. O uso da própria língua era também uma forma de resistência das mulheres negras escravizadas, tal como explica Silva (2018, p. 10):

Dentre as formas de rebeldia das escravizadas, podemos destacar a resistência linguística – uso de diversos dialetos característicos de regiões da África, utilizados para insultar os senhores – fato que explica as muitas acusações de injúria e a raiva dos senhores; entoação de canções ancestrais durante as horas de trabalho, a fim de amenizar o serviço pesado, entre outras formas.

Mas as (os) escravizadas (os) foram impedidas (os) de falar, além disso, tiveram que mudar as suas comidas e formas de se vestirem. Em outras palavras, foram obrigadas (os) a deixar de “ser

quem eram” para se tornar aquilo que “deveriam ser” segundo a vontade dos senhores de escravos. Percebemos isso como um processo de apagamento e de aniquilamento do ser. As mulheres escravizadas se converteram em “coisas”, no regime escravocrata, em prol de interesses financeiros. Por serem objetificadas, não podiam ter vontades e lhes era proibido se expressarem.

A teórica, escritora, psicóloga e artista interdisciplinar Grada Kilomba (2010), escreveu um texto em que descreve “a máscara”, um instrumento de opressão usado no período escravista para impedir que os cativos se alimentassem da plantação, mas que também funcionava como um mecanismo de silenciamento das suas vozes. Tal instrumento de tortura metaforiza a mudez a que os escravizados foram condenados no período escravocrata.

Nas palavras de Kilomba:

Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito Negro, instalado entre a língua e a mandíbula e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos/as escravizados/as comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas

plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar tanto de mudez quanto de tortura. (KILOMBA, 2010, p. 172).

Kilomba aponta que “a máscara” expressava uma das muitas faces do colonialismo ao representar uma política doentia, baseada na conquista e dominação, além do brutal silenciamento dos ditos (as) “outros (as)”, que não podem falar. No racismo, a recusa do direito de fala ao “outro” é mais uma forma de manter e legitimar estruturas de violência e de exclusão social. A autora aponta que, a construção da superioridade branca e da própria branquitude, se deu sob a forma de um contraste com esses (as) “outros (as)” que foram criados a partir de comparações. “Os brancos” passam a ver tudo de negativo fora de si mesmos e transportam essa negatividade a esses (as) “outros (as)”, negros (as), que se tornam “os ladrões”, “os violentos”, “os bandidos”, “os indolentes” e “os maliciosos” (2010, p. 172).

Para Kilomba, a branquitude projeta para o exterior os seus “aspectos desonrosos” como uma espécie de fuga. Psicanaliticamente falando, ao preservar sentimentos positivos em relação a si mesmos, “os brancos” alimentam um ego, que projeta nesse “outro”, a maldade, além de condenar a sua sexualidade a um lugar abjeto. A perspectiva da branquitude, provoca o trauma, que é gerado pela violenta barbaridade do mundo bran-

co com o seu racismo irracional que coloca os (as) negros (as) em lugares de incompatibilidade, de estranheza, de conflito e de uma diferença que é negativizada. As classificações negativas, somadas a tratamentos que desumanizam, conduzem a uma vida traumática (KILOMBA, 2010 p. 174-176).

No conto de Firmina é possível identificarmos esses elementos na escrava Joana. A desumanização que ela vive se relaciona diretamente à criação “do branco” como superior e “do (a) negro (a)”, escravizado, como inferior. Joana, como os demais negros, eram os classificados como “outros”, os “sem humanidade”. Ela, assim como seus filhos, foi uma vítima da irracionalidade e bestialidade do racismo. Joana é o tempo inteiro depreciada, chamada de mentirosa e de fingida. Para os brancos, uma escrava não podia dizer a verdade sobre si mesma. Seus sofrimentos e a sua loucura são desprezados e tidos como fingimento. Viver nesse mundo de negação das suas dores e sentimentos eram, para Joana, um fator traumático. O mundo branco, que a joga numa posição de subalternidade, inferioridade e estranheza, também a condena à loucura. Ela é vitimada pela insanidade racista.

Cynthia Hamlin e Jonatas Ferreira, ao refletirem sobre o processo de transformação do negro em “monstro” pelos europeus ditos “civilizados”, analisam as representações culturais que permitem enxergar esse “outro” no lugar da alteridade

por excelência, sendo concebidos como sinônimos do caos, da corrupção, da feiura e da barbárie. (HAMLIN, FERREIRA, 2010, p.812). Os (as) autores (as) fazem um estudo acerca do caso de Sara Baartman, conhecida como a “Vênus de Hotentote”.

De acordo com Hamlin e Ferreira, Sara Baartman, era uma mulher negra, de cerca de 1,37m de altura, saída das profundezas do que, atualmente, corresponde ao território sul-africano. Ela ficou conhecida como Vênus Hotentote e foi exibida em feiras, circos, hospitais e museus da Europa do início do século XIX até 1994, época em que seus restos mortais foram devolvidos a seu povo, os Khoisan. A junção dessas duas palavras, Vênus mais Hotentote, poderia parecer um oxímoro, não fosse aquilo a que nos referimos anteriormente como a força ambígua do estereótipo. Temos, nesta fusão, dois estereótipos em um só. Por um lado, a imagem da Vênus, a deusa do amor e da beleza; por outro, o povo considerado mais selvagem, mais animalesco, mais aparentado com os orangotangos que povoavam a imaginação dos europeus do século XIX. (HAMLIN, FERREIRA, 2010, p.812).

No artigo, os (as) autores (as) ainda apontam:

Baartman nos interessa porque representa uma convergência importante entre os principais pontos levantados aqui. Em primeiro lu-

gar, além de mulher, é negra. Em segundo lugar, representa um caso extremo de constituição de identidade a partir do olhar do outro. Privada de sua própria voz e da perspectiva cultural de seu povo, sua identidade pessoal foi inteiramente subsumida à sua identidade social, fazendo dela uma espécie de significante vazio que reflete os valores dos grupos que a constituem como um tipo específico de sujeito (HAMLIN, FERREIRA, 2010, p.813).

As semelhanças entre a “Vênus de Hotentote” e a escrava Joana saltam aos olhos. Ambas surgem como esse “outro não-civilizado”. Ambas mulheres negras, tendo os seus corpos e existências capturados por um sistema que as desclassifica, que as compara sempre com o “branco” ideal e, supostamente, perfeito, puro e belo. Ao serem tidas como monstros, tanto Sara como Joana sofrem o trauma de terem as suas subjetividades negadas, além das suas vozes silenciadas. A estas mulheres é negado o direito de falar sobre si mesmas, além de serem capturadas por uma perspectiva branca que as reduzem a classificações pobres, racistas e violentas.

Thula Pires (2018, p. 67) afirma que, os corpos que habitam na zona do “não-ser”, tendem a ser objetificados, desumanizados, infantilizados e docilizados. Isso acontece no colonialismo e é capaz de gerar o extermínio de povos inteiros. O projeto escravista brasileiro configurou-se como um sistema doentio, produtor de desigualdades, desu-

manidades, loucura e morte. Esse sistema de opressão não acabou completamente com “o fim da escravidão”, pelo contrário, ainda sobrevivem heranças extremamente nefastas que no passado, incidiram sobre a vida de Joana e suas irmãs e, no presente, seguem gerando sofrimentos em inúmeras mulheres que são costumeiramente violentadas fisicamente, psicologicamente, simbolicamente e intelectualmente, por meio da reprodução de epistemologias e percepções racistas e machistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conto de Maria Firmina dos Reis é uma importante chave para refletirmos sobre as monstruosidades do sistema escravista, que foi produtor de doenças, genocídios e loucuras. Percebemos que a literatura firminiana é viva e combativa. As obras da autora ajudam a entender não só o nosso passado colonial, mas também as vicissitudes da sociedade atual. Seus livros podem ser usados como instrumentos na luta contra o racismo.

Thula Pires aponta que:

Enquanto vigorar o modelo de produção e apropriação de corpos construído sob a lógica da desumanização e do descarte de seres humanos, formas de hierarquização de pessoas continuarão a ser (re)produzidas e naturalizadas. Contra tudo isso, renovam-se as apostas na política, no direito construído a partir da

zona do não ser e na convivência intercultural para a construção de uma realidade livre e concretamente democrática (PIRES, 2018, p. 74).

Pires (2018, p. 67) aponta para a necessidade de desconstruirmos sistemas universais que hierarquizam seres e desprezam as experiências das minorias sociais. A autora salienta acerca da necessidade de potencializar caminhos que combatam os processos de desumanização.

Acreditamos que a obra literária de Firmina e as reflexões que ela suscita, sobretudo, neste conto que analisamos, podem contribuir em nossos esforços sobre a necessidade de transformação social e da superação de relações pautadas em opressão e violência. De acordo com Ana Carusa Pires Araújo:

Maria Firmina registra sua obra num contexto revolucionário e apresenta, no conto, sua atitude abolicionista na busca pela eliminação imediata da escravidão, onde podemos constatar que seus escritos são carregados de sentimento, demonstrando sua indignação contra a elite oitocentista. A sua vontade de combate contra a escravidão era tão grande, que sua narrativa vem impregnada de ironia, denúncia e repulsa contra a sociedade (2015, p. 10)

A produção de Firmina é intencional. Ela aborda a negritude com a motivação de recuperar a condição do negro dentro de uma sociedade que

o despreza. (ARAÚJO, 2015, p. 10). Para Duarte (2004, apud Santos, 2018, p. 4), o conto de Firmina apresenta um diálogo com a literatura da época abolicionista. Firmina escreve para resistir à opressão no século XIX. Escrever, para ela, é uma forma de questionar as estruturas de silenciamento que conformavam as experiências das mulheres negras naquele período. Por meio da escrita, a autora afirma sua existência e faz com que outras mulheres ganhem vida (LUZ, 2018, p. 193).

Seus personagens, como Joana e a Senhora, são como alter-egos que representam vidas de pessoas reais e dos (as) escravos (as) cujas histórias não foram contadas. (LUZ, 2018, p. 202). No conto que apresentamos e na análise que o acompanha, cruzamos os fenômenos da escravidão e da loucura, entrelaçados numa relação de interseção. O que nos possibilita compreender como os sofrimentos do período escravista podiam produzir adoecimentos nos sujeitos. A situação era ainda mais dramática para as mulheres escravizadas, pois eram duplamente estigmatizadas.

A escravizada Joana metaforiza as consequências brutais de sistemas de opressão que deixaram marcas em seu corpo e em sua mente. O enlouquecimento da personagem, a negação dos seus sofrimentos e todos os processos de desumanização que a vitimizam conduziram-na à morte. Joana simboliza a vida de muitas mulheres negras, do passado e do presente, que sofrem na pele e na

alma os horrores que hoje se materializam no racismo. A loucura aparece no conto como mais uma marca da escravidão e a conseqüentemente precarização das vidas de mulheres negras. Rachel Gouveia Passos (2020, p. 118) aponta que:

Na divisão social, sexual e racial do trabalho, são as negras (pretas e pardas) que ocupam os trabalhos mais subalternos e com menor remuneração, permanecendo na base da pirâmide social, conforme dados já publicados pelo Ipea.

Torcemos para que a literatura de Firmina possa ser cada vez mais disseminada e que sirva para a reflexão de muitas análises da nossa sociedade. Que a partir da voz de suas mulheres possamos derrubar mitos como o da democracia racial, priorizando abordagens teóricas numa perspectiva interseccional de gênero, raça e classe que, segundo Amoras *et al* (2022), permite analisar estruturas dominantes da sociedade e suas diversas formas de desigualdade, que acarretam violências contra mulheres, povos indígenas e do campo, além dos territórios tradicionais. Essas autoras apontam para a importância do questionamento da branquitude, do capitalismo, do heteropatriarcado e da colonialidade, a fim de possibilitar as narrativas dos oprimidos, o enfrentamento das violências que os afligem e impedem a sua emancipação.

Ao trazer as experiências de mulheres negras, Maria Firmina dos Reis rompe com a hege-

monia epistêmica europeia e nos alerta para a importância de criarmos outras maneiras de produzir conhecimento. Acreditamos que o pensamento sociológico precisa, cada vez mais, escutar o que dizem essas mulheres. Que as vozes de Firmina e das “Joanas” possam ecoar cada vez mais e que encontrem os caminhos que as tragam ouvidos que saibam o que fazer após escutá-las.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- AMORAS, Maria; COSTA, Solange Maria Gayoso da; ARAÚJO, Luana Mesquita de. O ativismo das mulheres negras escravizadas no Brasil colonial e pós-colonial, no contexto da América Latina. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, p. e202128, 2022.
- ARAUJO, Ana Carusa Pires. **A NARRATIVA ABOLICIONISTA NO CONTO “A ESCRAVA”, DE MARIA FIRMINA DOS REIS**. XIV Congresso Internacional Fluxos e Correntes: Trânsitos e traduções literárias. Belém-Pará. 2015. Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2015_1456146331.pdf. Acesso em: 5 dez 2025.
- BUTLER, Judith. Introdução. In: BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CNS. **CNS promoverá live sobre a saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil**. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2971-27-04-live-transtornos-mentais-e-adoecimento-no-ambiente-de-trabalho-como-enfrentar#:~:text=Dados%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de,mental%20ao%20longo%20da%20vida>. Acesso em: 16 maio 2024.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas* (R. Silveira, Trad.). Salvador, BA: EdUFBA, v. 24, 2008.
- FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.
- G1. **Brasil tem alta de mais de 50% nos registros de racismo e homofobia em 2022, mostra Anuário de Segurança Pública**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/20/brasil-tem-alta-de-mais-de-50percent-nos-registros-de-racismo-e-homofobia-em-2022-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>. Acesso em: 10 maio 2024.
- KILOMBA, Grada. *A Máscara* (Trad. por Jessica Oliveira de Jesus). **Cadernos de Literatura**, 2010. Dis-

ponível em: <https://www.revistas.usp.br/ct/article/viewFile/115286/112968>. Acesso em: 24 dez. 2024.

LOURENÇO, Cristiane. Uma sociedade desigual: reflexões a respeito de racismo e indicadores sociais no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, p. 75-96, 2023.

LUZ, Giselle Aparecida. A escrituraria de Maria Firmina dos Reis no conto A Escrava. **Travessias**, v. 12, n. 1, p. 193-204, 2018. Disponível em: <http://e-vesta.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/18954>. Acesso em: 24 dez. 2024.

PASSOS, Rachel Gouveia. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 18, n. 45, 2020.

PEREIRA, José Gomes. Escravidão e loucura: uma leitura do conto "A escrava", de Maria Firmina dos Reis. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, v. 46, n. 3, p. 1134-1144, 2017. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1695>. Acesso em: 24 dez. 2024.

PIRES, Thula. Racializando o debate sobre direitos humanos. **SUR-Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 15, n. 28, p. 65-75, 2018. Disponível

em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-thulapires.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2024.

REIS, Maria Firmina dos. **A escrava**. In: **Úrsula e outras obras**. Brasília: Câmara dos deputados, Edições Câmara, p. 163-177, 2018. Disponível em: <https://livraria.camara.leg.br/ursula-e-outras-obras-2>. Acesso em: 24 dez. 2024.

SANTOS, Jaqueline Martinho dos. LITERATURA E HISTÓRIA: O ANTIESCRAVISMO EM MARIA FIRMINA DOS REIS-UMA ANÁLISE DO CONTO "A ESCRAVA". **Revista Memento**, v. 9, n. 2, 2018. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/4595#:~:text=O%20conto%20E2%80%9CA%20escrava%20E2%80%9D%2C,de%20derrocada%20do%20regime%20escravista>. Acesso em: 24 dez. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estudos avançados**, v. 8, p. 137-152, 1994.

SILVA, Régia Agostinho da. A mente, essa ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão. **Leitura: Teoria & Prática**, v. 29, n. 56, p. 11-19, 2011. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/52>. Acesso em: 24 dez. 2024.

SILVA, Kathiusy Gomes da, **ESCRAVIDÃO, ESCRAVIDAS E A FAMÍLIA ESCRAVA: MULHER NEGRA NA FORMAÇÃO DA FAMÍLIA ESCRAVA**. XIV Encontro de História da Anpuh - MS, 2018. Disponível em: http://www.encontro2018.ms.anpuh.org/resources/anais/9/1535599459_ARQUIVO_EnsaioFamiliaescrava.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

SILVEIRA, Marília Gonçalves. **Stultifera Polis: uma leitura de Lima Barreto**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, NATAL-RN, 1998.

WRIGHT, Rachel, **'Escrava à venda: 12 anos, não virgem, muito bonita': as meninas e mulheres vendidas pelo Estado Islâmico**. BBC News Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4n09zkqqypo>. Acesso em: 24 ago. 2024.

ZIN, R. B. (2017). Maria Firmina dos Reis e seu conto "A escrava": consolidando uma literatura abolicionista. **Revista XIX**, 1(4), 142-161, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaXIX/article/view/21764>. Acesso em: 28 dez. 2024.

NOTAS

¹Matéria da BBC disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4n09zkqqypo>. Acesso em: 31 jan. 2025.

²G1. Brasil tem alta de mais de 50% nos registros de racismo e homofobia em 2022, mostra Anuário de Segurança Pública. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/20/brasil-tem-alta-de-mais-de-50percent-nos-registros-de-racismo-e-homofobia-em-2022-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>. Acesso em: 10 maio 2024.

³Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2971-27-04-live-transtornos-mentais-e-adoecimento-no-ambiente-de-trabalho-como-enfrentar>. Acesso em: 10 maio 2024.